



Processo Eleitoral do Sindsep/MA tem mais uma etapa concluída

Em Plenária ocorrida hoje, 06, foi aprovado o Regimento Interno para o processo eleitoral que irá eleger a próxima gestão do Sindsep/MA. Durante a Plenária, diretores e delegados de base puderam discutir e deliberar para a construção de um regimento interno que garanta aos filiados aptos a participação efetiva e transparente de todo o processo, além de dar à Comissão Eleitoral o ordenamento

jurídico/administrativo para conduzir o processo eleitoral.

O evento foi dirigido pela secretária geral, Conceição Reis Silva, pelo vice-presidente, Raimundo Pereira e por José Ribamar Figueiredo, diretor jurídico.

Após a aprovação do Regimento Interno foi iniciada a eleição para os membros da Comissão Eleitoral. Para a presidência da Comissão Eleitoral foi eleita Areo-

lina Machado, e como secretários, Olímpia Virgília Cantanhede e Marcelo Sampaio, além de Raimundo Nonato Machado, que foi escolhido como suplente.

Agora, com a comissão formada, os prazos já estão correndo e o processo eleitoral começa a ganhar corpo. A partir do dia 20 de janeiro até o dia 4 de fevereiro as chapas interessadas em participar do processo poderão oficialmente ser inscritas.

STF: Pautas reacionárias avançam

Continuamos assistindo ao avanço de pautas reacionárias no Brasil. O Congresso Nacional, formado em sua maioria por parlamentares de direita e extrema-direita, tem dado forte contribuição a esse processo. Na mesma linha, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem tomado decisões muito pouco progressistas.

O STF concluiu, no último dia 6 de novembro, a votação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.135 e decretou o fim do Regime Jurídico Único (RJU). A decisão eliminou a obrigatoriedade do RJU para a contratação de servidores pela Administração Pública. A decisão promove insegurança jurídica e a quebra de isonomia entre as pessoas que desempenham as mesmas atividades para o Estado, incluindo risco à estabilidade.

Em julgamento no último dia 6 de dezembro, o Supremo validou os contratos de trabalho intermitentes. Criada pela reforma trabalhista de 2017, essa modalidade permite vínculo de trabalho não contínuo, alternando períodos de atividade e inatividade onde os trabalhadores não recebem salário. Os trabalhadores recebem apenas por horas trabalhadas, o que abre margem para abusos trabalhistas.

No último dia 7 de dezembro, no STF, houve a interrupção, por pedido de vista, do julgamento sobre a lei estadual que introduziu as escolas cívico-militares em São Paulo. Antes, dois ministros haviam votado a favor: Gilmar Mendes e Cristiano Zanin. O que demonstra que são grandes as chances de sua liberação. Neste modelo, os militares assumem a administração e a

aplicação da disciplina nas escolas. O resultado esperado é a reprodução de uma ideologia violenta.

O STF também autorizou a presença de símbolos religiosos, como crucifixos, em prédios públicos. Devido a repercussão geral, a decisão será aplicada em todas as instâncias do judiciário. Na ação, o Ministério Público Federal pretendia a proibição de símbolos religiosos, argumentando que o Brasil é um país laico e que o poder público deveria estar desvinculado de qualquer igreja ou religião.

A Condesef/Fenadsef defende que o povo trabalhador brasileiro una forças contra os retrocessos sociais neste país. Só a força da nossa mobilização será capaz de barrar todas essas medidas.

Fonte: Condesef



Recorde de empregos, aumento do PIB e melhoria da população volta a ser classe média

No ano passado o Brasil deu continuidade à sua recuperação econômica com recordes de geração de empregos tanto formais como informais, aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e maior distribuição de renda, apesar do país continuar a ser um dos mais desiguais socialmente. O resultado é que após quase uma década, em 2024 o Brasil voltou a ser considerado um país de classe média, segundo levantamento da Tendências Consultoria. O estudo revelou que 50,1% dos domicílios brasileiros pertencem às classes C, B ou A, com renda familiar acima de R\$ 3,4 mil mensal.

O país não alcançava essa marca desde de 2015 (ano em que antecedeu o golpe contra a ex-presidenta Dilma) quando o percentual de famílias pertencentes à classe média chegou a 51%. Entre os brasileiros das classes C e B o trabalho é a principal fonte de renda familiar.

No último ano, a renda das famílias da classe C aumentou 9,5%. Já na classe B, grupo com rendimentos entre R\$ 8,1 mil e R\$ 25 mil, a renda familiar cresceu 8,7%.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias de classe média no Brasil são aquelas com renda domiciliar per capita entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303 por mês. Essa faixa de renda leva em consideração o ganho por pessoa dentro de um domicílio, o que significa que famílias com mais integrantes podem precisar de uma renda maior para se enquadrarem nessa definição de classe média. Por exemplo, uma família com quatro pessoas que tenha uma renda total de R\$ 7.700 não seria considerada de classe média, já que o valor per capita seria de R\$ 1.925, abaixo do limite inferior.

Recuperação econômica

O mercado de trabalho se fortaleceu entre 2023 e 2024, nesse período foram criadas 3,6 milhões de vagas empregos formais. Somente em 2024 a taxa de desemprego bateu recorde histórico de 6,1%, o menor da série histórica medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a PNAD Contínua, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número de trabalhadores chegou a 103,9 milhões, um recorde histórico.

A volta da política de valorização do salário mínimo que reajuste o valor acima da inflação também ajudou a recompor a renda dos brasileiros. Este ano o salário mínimo subiu de R\$ 1.412,00 para R\$ 1,518,00-reajuste de 7,5%.

Outro dado que superou a expectativa do mercado financeiro e de analistas econômicos foi o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O Banco Central (BC) elevou a projeção para o crescimento da economia em 2024 após a “surpresa positiva” dos dados do terceiro trimestre. A estimativa para a expansão PIB (a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) passou de 3,2% para 3,5%. Com resultado trimestral, superando as projeções, no terceiro trimestre do ano a economia brasileira cresceu 0,9% na comparação com o segundo trimestre de 2024, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta acumulada no ano, de janeiro a setembro, é 3,3%. Em 2023, o PIB do Brasil cresceu 3,2%.

Para 2025, houve um pequeno aumento na projeção de crescimento do PIB, de 2% para 2,1%.

A inflação também reduziu na comparação com o governo de Jair Bolsonaro. Em 2022, último ano de sua gestão, o índice era de 10,06%. Em

2023 caiu para 4,62% e deve fechar 2024 em 4,9%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do ano passado ainda será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxa de juros

O maior entrave para a economia do país crescer ainda mais é a atual taxa de juros. O índice é de 12,25% ao ano e mantém o Brasil com uma das maiores taxas de juros reais do mundo (resultado da Selic menos a inflação), na ordem de 7%. A decisão sobre os juros é do Banco Central (BC), que se tornou independente em 2020, o que impede que o governo federal tenha alguma ingerência sobre o índice.

O presidente Lula, por diversas vezes, criticou a decisão do BC em manter esse índice. Somente em 2023, União pagou mais de R\$ 732 bilhões com juros dos títulos, que tem a Selic como principal índice em suas negociações. O valor equivale a 4,3 vezes os investimentos com o Bolsa Família, 8 vezes o montante direcionado para o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado à recomposição e expansão da infraestrutura do país, além de 3,3 vezes o orçamento para a Saúde e 5 vezes o orçamento para a Educação.

Cálculos realizados pelo economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Gustavo Carvarzan apontam ainda que com a elevação atual, de 1 p.p. na Selic, os gastos da União com os juros dos títulos públicos aumentam em R\$ 55 bilhões.

A CUT e as demais centrais também sempre forma críticas em relação à atual taxa Selic e organizaram protestos contra os juros altos.

Fonte: CUT, Ag. Brasil e Carta Capital.